

DISCURSO PRONUNCIADO NO SENADO FEDERAL PELO SENADOR VIRGILIO TÁVORA

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS - CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Já teve este Plenário o ensejo de ouvir, pela voz abalizada do Senador Almir Pinto, da satisfação que tem o cearense pela data que hoje transcorre.

Não poderíamos nós ficar em silêncio, quando vivemos o 25 de Março, que durante muito tempo foi marco para a asunção à função do Governo dos seus diferentes Presidentes antes de 30, Governadores após 30, neste momento de tanta vibração em todo nosso Estado.

Libertário foi sempre o cearense nas lutas que teve contra a natureza e que mantém até o dia de hoje, contra a seca, que lhe calcina o chão, de onde há que tirar a sua sobrevivência. Libertário foi contra todas as opressões.

De 45 a esta parte, até o ano de 64, quando as eleições se processavam para a escolha de seus dirigentes, sempre a rebeldia desse povo se manifestava no jogo governo e oposição, onde todos assistíamos à ocupação alternada do então Palácio da Luz, hoje Palácio da Abolição, pelos partidos que se antepunham.

Esse espírito de rebeldia o cearense o fez, já nos idos longínquos de 1850, por seu Deputado-Geral — note-se, naquele tempo não eram deputados federais, eram deputados-gerais — por seu Deputado-Geral Pedro Pereira da Silva, apresentando já o primeiro projeto que institua o Ventre Livre, e que, sucessivamente combatido pelos poderosos da época, renovado em 50, e mais uma vez em 52, serviu sempre como fanal para a

luta que muitos anos após iria desembocar, nos idos de 71, na chamada Lei do Ventre Livre que desejava, naquele tempo, como pioneiro, 21 anos antes de se processar o primeiro grande diploma legal contra a escravatura do Brasil, a lei a que atrás nos referimos. Não só a não escravatura de qualquer rebento de escravos como também a imperiosidade da negativa que haveria de ser dada à separação de um casal de negros que tivesse filho.

Naquele tempo — não queremos recordar, aqui, a esta Casa, tantos anos são passados por este Parlamento afora —, o vendaval de paixões que se desencadeou, a verdadeira cruzada que se fez contra esse homem que era pioneiro, faz-nos, no dia de hoje, recordar o seu nome, já esquecido nas brumas do passado, como aquele que ousou e que, convicto de que sua idéa estava certa, levou às últimas conseqüências aquele seu gesto, o gesto altivo, que veio, muitos anos depois, ser confirmado pelo Império.

O Ceará sempre foi uma terra que respondia a esses anseios, a esses gritos libertários. Muitíssimos anos antes, dezesseis anos, para sermos preciso, antes de se falar em abolição de escravos na terra, já aqueles mais esclarecidos, aqueles que justamente tinham dentro de si aquela chama de ideal que não perecera com o fracasso do seu Deputado-Geral, indormidamente trabalhavam no sentido de fazer as libertações seccionais dos escravos.

Tivemos um exemplo — recorreremos às anotações, para não ser infiel com nenhum dos municípios — como uma marcha de uma idéa que se avolumou e que cresceu como bola de neve: Desde 1º de janeiro de 1883, com a libertação no Município de Acarape, seguindo-lhe sucessivamente neste ano o início do seguinte: Pacatuba, São Francisco (Itapajé), Icó, Baturité, Maranguape, Messejana, a grande Capital do Estado — Fortaleza, Caucaia, Pedra Branca, Pereiro, Viçosa, Canindé, Ibiapina, Várzea Alegre, Pentecoste, São Mateus (Jucás), Trairi, Jaguaribe, Brejo Seco (hoje Araripe), Santa Quitéria, Sobral, Jaguaruana, Aracati, Lavras, Cachoeira (Solonópole), Acaraú, Russas, até chegar a Missão Velha, no dia 20 de março de 1884.

Dizer do que foi a explosão 5 dias depois na Capital, quando da notícia que o último daqueles municípios cearenses havia realmente libertado seus escravos, é despidendo, é oçioso. Aqui, com tintas bem marcantes, o nosso eminente colega de Bancada, Almir Pinto, já o fez.

Mas, diríamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não foi tão fácil, como há de se pensar, a libertação dos escravos no Ceará. Nós temos horror justamente a nos debruçarmos sobre a História, e sempre olhamos os fatos aligeiramente, principalmente por suas marcas cronológicas. O Ceará, castigado pela seca, fora do ciclo da cana-de-açúcar, não tinha o emprego de grande mão-de-obra, mas justamente por isto era o grande empório de venda de escravos em todo o Norte e Nordeste do Brasil. Lá, havia o que hoje fazem os especuladores com o dinheiro, a especulação escravagista para toda a região. E a reação havida por aqueles que detinham o poder econômico na época só pode ser avaliada pelo tom das polêmicas travadas.

Martirizado pela natureza, não só pelo clima como também pelas condições hidrogeológicas, Fortaleza não tinha porto. Veio a ter um, praticamente, organizado em nosso Governo, primeiro, no ano de 1962. Então, o embarque se fazia, àquela época, através de jangadas, através de barcaças postas além do quebra-mar, além da pancada do mar. E, aí, o papel desempenhado pelos jangadeiros, o papel desempenhado pelos barcaceiros, o papel desempenhado por aquele simples barqueiro.

Neste momento, em que no dia de hoje todo o Ceará comemora com tanta ufania esta data, nós devemos, num momento de reflexão, olhar esses homens humildes que, enfrentando a força do dinheiro então representada pelo monopólio escravagista que existia praticamente no Nordeste, na cidade de Fortaleza, a ousadia desses homens que realmente decidiram, inicialmente, não mais embarcar mais escravos, aureolando a figura do dragão do mar como símbolo da resistência cearense.

Hoje, passado tanto tempo, quando o correr dos anos nos faz esquecer das pessoas e olhá-las à distância, numa perspectiva que só faz diminuir os fatos, nós, neste momento, Sr. Presidente, como integrante da Bancada cearense nesta Câmara,

dizemos com orgulho que o Ceará justamente é Terra da Luz, não pelo sol que ilumina as suas caatingas ardentes, as suas praias verdes, mas Terra da Luz porque trouxe luz ao Brasil nesta caminhada gloriosa que terminou com a Abolição da Escravatura em 1888 . (Muito bem! Palmas.)

(Publicado no Diário do Congresso Nacional de 27-3-1984.)